

REDE GLOBAL PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO



O Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição é a publicação-chave da Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição, que envolve as seguintes organizações e movimentos sociais:



Aliança Internacional de Organizações Católicas para o Desenvolvimento (CIDSE) Bélgica



Aliança Mundial de Ação para a Amamentação



Aliança Mundial dos Povos Indígenas Nómadas (WAMIP)

Índia

Malásia



Aliança para a Agroecologia e Biodiversidade da Zâmbia (ZAAB)

Zâmbia



Associação Camponesa para o Desenvolvimento (A.PA.DE)

Togo



Associação para a Proteção da Natureza no Sahel (APN Sahel) Burkina Faso



Biowatch África do Sul África do Sul



Brot für die Welt (Pão para o Mundo) Alemanha



Campanha pelo Direito à Alimentação Índia



Centro Africano para a Biodiversidade (ACB) África do Sul



Centro de Recursos e Investigação para Mulheres da Região Ásia-Pacífico (ARROW) Malásia



Centro Internacional Crocevia Itália



Coalizão Internacional de Habitat - Rede pelo Direito à Habitação e à Terra (HIC-HLRN) Egito



Coletivo de Entidades Negras (CEN)

Brasil



Conselho Internacional de Tratados Indígenas (CITI)

EUA



Conselho Mundial de Igrejas - Aliança Ecuménica de Ação (WCC-EAA)

Suíça



Convergência do Mali contra a Usurpação de Terras (CMAT)

Mali



Dejusticia Colômbia



Ecocene Foundation

Argentina



FIAN Internacional Alemanha



Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Brasil



Fórum Mundial de Pescadores e Trabalhadores da Pesca (WFF)

Uganda



Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP)

Belize

Maleya

Fundação Maleya

Bangladesh



HEKS/EPER (Assistência da Igreja Suíça) Suíça



Justiça Alimentar (Food Justice)

Espanha



KATARUNGAN (Justiça)

Filipinas



KHANI Bangladesh

Movimento pela Saúde dos Povos (PHM)

África do Sul

Movimento Popular contra a POSCO (PPSS)

Índia



Observatório de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Observatori DESC)

Espanha



Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT) Suíça



Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD)

Equador



Rede Africana para o Direito à Alimentação (RAPDA)

Benim



Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP)

Portugal



Rede de Ação Internacional para a Alimentação de Bebés (IBFAN)

Suíça



Rede de Direito à Alimentação — Malawi Malawi



Rede de Mulheres para o Relatório da ONU (WUNRN)

EUA



Rede de Organizações Camponesas e de Produtores da África Ocidental (ROPPA)

Burkina Faso



Rede Independente de Assistência Alimentar (IFAN)

Reino Unido



Sociedade para o Desenvolvimento Internacional (SID)

Itália



Solidaritas Perempuan (SP)

Indonesia



SOS Faim Luxemburg (SOS Fome Luxemburgo)

Luxemburgo

sustain

Sustain

Reino Unido



Terra Nuova - Centro per lo Volontariato ONLUS (TN)

Itália



União Internacional de Trabalhadores da Alimentação (IUF)

Suíça



URGENCI França



WhyHunger EUA

PUBLICADO POR



Brot für die Welt (Pão para o Mundo) Alemanha



FINANCIADO POR



Brot für die Welt (Pão para o Mundo)



FIAN Internacional

O conteúdo desta publicação pode ser citado ou reproduzido, desde que a fonte da informação seja mencionada. Os editores e editoras gostariam de receber uma cópia dos documentos em que a publicação seja usada ou citada. Todas as hiperligações referidas nesta publicação foram acedidas pela última vez em julho de 2022.

| Conselho Editorial

C. Sathyamala, Instituto Internacional de Estudos Sociais (ISS)

Danny Carranza, KATARUNGAN (Justiça)

Eva Martina Gamboa, Liga Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA)

Glory Lueong, FIAN Internacional

Jana Nakhal, Marcha Mundial das Mulheres (WMM) Líbano

Joshua Lohnes, Universidade da Virgínia Ocidental

Marciano Toledo Silva, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Mary Ann Manahan, Universidade de Ghent

Mariam Mayet, Centro Africano para Biodiversidade (ACB)

Maryam Rahmanian, Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food)

Rachmi Hertanti, Transnational Institute (TNI)

Stig Tanzmann, Brot für die Welt (Pão para o Mundo)



HEKS/EPER (Assistência da Igreja Suíça)

| Editora-Chefe

Yifang Tang,

FIAN International - tang@fian.org

| Trandução de inglês e espanhol para português Di Pinheiro

| Revisão de estilo e edição em português Luis Pires

| Arte e Design btta.creativa

| Capa Ilustração de Álvaro López

NOVEMBRO 2022

Siga-nos no Facebook aqui

Acompanhe os últimos acontecimentos no <u>Twitter</u> e Instagram #RtFNWatch

ISSN:

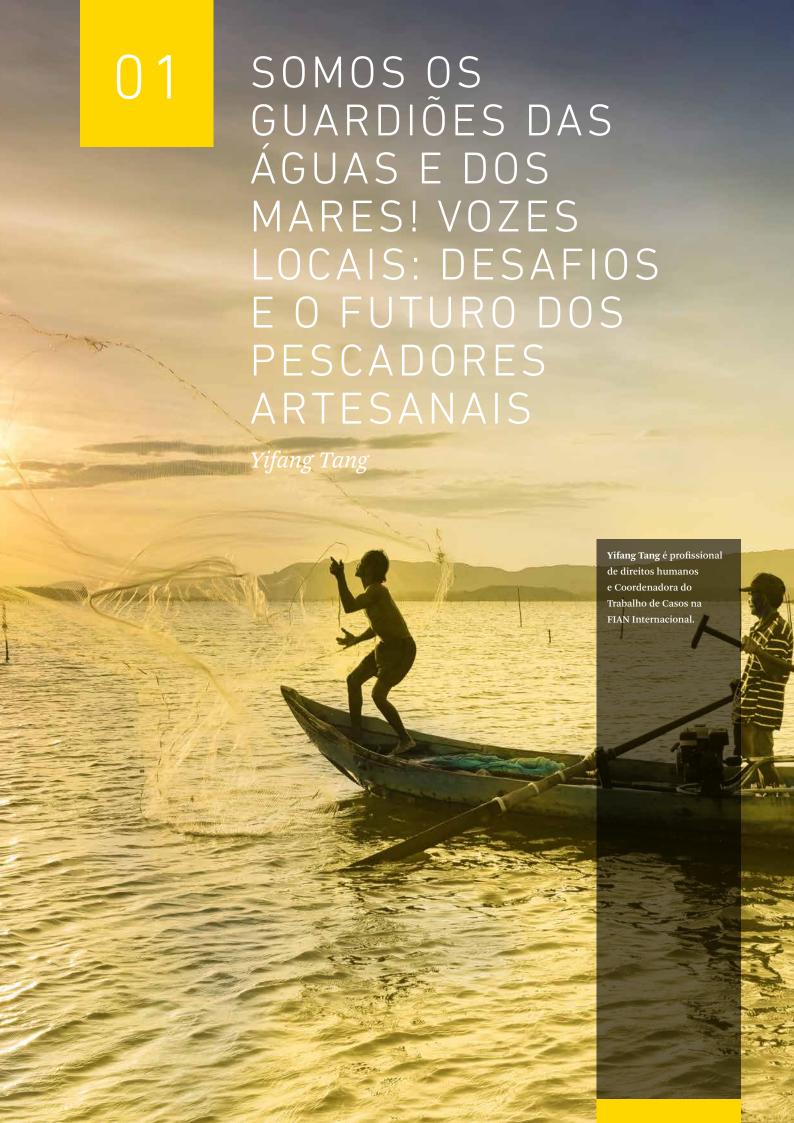
2749-4322



www.righttofoodandnutrition.org/observatorio

ÍNDICE

| 01 | Somos os guardiões das Aguas e dos Mares! Vozes locais: | |
|----|---|----|
| | Desafios e o Futuro dos Pescadores Artesanais | |
| | Yifang Tang | 06 |
| 02 | A luta das mulharas da passa arteganal polo dissita à Alimentação e à Nutrição. | |
| | A luta das mulheres da pesca artesanal pelo direito à Alimentação e à Nutrição: | |
| | Desafios e estratégias de enfrentamento das mulheres de Uganda e do Malawi | |
| | Namaganda Rehema Bavuma e Park Muhonda | 12 |
| 03 | Acordo da Organização Mundial do Comércio sobre os subsídios à pesca: | |
| | algo cheira mal | |
| | Peter Lunenborg | 18 |
| 04 | A corrida dos 30x30 pela conservação: | |
| | um dilema para os pescadores artesanais? | |
| | Felix Mallin e Hugh Govan | 24 |



"Os pescadores artesanais são agentes de mudança, e eles têm visões claras para o futuro."

INTRODUÇÃO

Em reconhecimento ao papel crucial desempenhado pelos 482 milhões de pescadores artesanais do mundo inteiro em garantir a soberania alimentar e o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana), não só para si mesmos, mas para milhões de outras pessoas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) declarou 2022 como o Ano Internacional da Pesca e Aquicultura Artesanais (AIPAA 2022). O AIPAA vislumbra um mundo no qual os "pescadores artesanais de pequena escala [...] são completamente reconhecidos e empoderados para continuar contribuindo com o bem-estar humano, sistemas alimentares saudáveis e erradicação da pobreza [...]." Contudo, o Tribunal da Economia Azul dos Pescadores de 2019/2020 trouxe à tona a crescente usurpação dos territórios, e a competição entre vários atores por espaços no oceano, expulsando pescadores artesanais de seus locais de pesca e territórios e comprometendo sua capacidade de alimentar a si e a suas famílias. Este artigo se baseia nas vozes e experiências compartilhadas por representantes de comunidades pesqueiras artesanais que integram o Fórum Mundial de Povos Pescadores, em diálogos sobre sua relação com as ecologias dos oceanos, os desafios multifacetados que continuam enfrentando e o futuro que vislumbram para si mesmos e para as futuras gerações quanto ao alcance da soberania alimentar.

AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais a Juana Camacho (Instituto Colombiano de Antropologia e História), Alejandro Camargo (Universidade del Norte, Barranquilla), e Jones Spartegus (Fórum Nacional dos Pescadores Tradicionais, Índia) por seu apoio na revisão deste artigo.

A autora gostaria de estender sua gratidão a todos os representantes do movimento de pescadores que contribuíram gentilmente com a redação deste texto, bem como a Carsten Petersen (Instituto Transnacional) por sua orientação e apoio.

FOTO | Quang Nguyen Vinh

A PESCA COMO MODO DE VIDA TRADICIONAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

A pesca é muito mais do que uma atividade econômica para garantir o sustento. Ela é uma parte intrínseca da cultura das comunidades pesqueiras, é a própria alma dessas comunidades. "Eu nunca questionei o que significa ser um pescador artesanal. Sempre pescamos e caçamos, e isso tem sido a essência de nossas vidas", diz Elena Konoplianko (Fórum Aborígene, Rússia), que pertence aos Povos Indígenas de Oroch (Óрочи), Rússia. A pesca é não só uma profissão, ou um setor econômico, mas é o que os define, é sua identidade coletiva. "Nossa tribo é chamada Maruka e significa o povo que vive a beira-mar". Isso encontra eco na fala de David (Dauda) Ndiaye (Coletivo Nacional de Pescadores Artesanais do Senegal/CNPS). "Nós somos Lébou. Vivemos na parte ocidental do Senegal. Nossas famílias praticam várias técnicas de pesca há gerações. Temos lacos históricos com o mar e os recursos marinhos. Eles estão no cerne de nossas vidas e são nosso único meio de subsistência, que também garantem nossa coesão social e soberania alimentar." Esta visão também é compartilhada por Jason Jarvis, pescador dono de uma pequena embarcação em Rhode Island (EUA) (Aliança Marinha do Noroeste do Atlântico/NAMA), que diz que a relação com a água está entranhada nele desde a infância: "Sinto-me conectado com a água de uma forma que é difícil de explicar. Estar na água e sobre ela é onde me sinto em casa, em paz". A pesca é passada de geração em geração: "Faz parte de nossos genes, está no nosso DNA. Vejo isso no meu filho. A coisa mais maravilhosa para ele é ir para o mar com o pai", acrescenta Nadine Nembhard, do Belize (Rede Caribenha de Organizações de Povos Pesqueiros/CNFO). Jason também ressalta que ser pescador é uma forma de autodeterminação, o que também é compartilhado por Josana Costa (Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil/MPP): "É sobre liberdade e soberania, sobre ser autônomo". Siti Aisyah Amini (Sindicato dos Pescadores Tradicionais da Indonésia/KNTI) ressalta a contribuição dos pescadores artesanais para a segurança alimentar: "A Indonésia é o maior país insular do mundo. Dos pescadores, 96% são de pequena escala. Nós somos os heróis da proteína nacional". Fornecer os peixes mais frescos e de melhor qualidade dá orgulho aos pescadores, como corroboram Jason e Nadine. Cada vez mais, contudo, a pesca tem se transformado em "produtos marinhos", uma commodity, e num bem econômico que é regulado pelo mercado, lamenta Jason.

DESAFIOS ATUAIS DOS PESCADORES ARTESANAIS

O acesso aos recursos aquáticos e a áreas costeiras e seu controle é uma condição *sine qua non* para a realização do Dhana dos pescadores artesanais e de outros direitos humanos relacionados. Todos os representantes citados aqui denunciam a perda de acesso a suas águas e territórios. As causas são múltiplas: interesses corporativos e agendas e políticas motivadas pelo lucro estão cada vez mais incorporadas na chamada economia azul. Nesse contexto, a promoção das indústrias extrativistas (como do gás, do petróleo e a mineração), da aquicultura, do desenvolvimento de infraestruturas e do turismo continua empurrando os pescadores artesanais para as margens.

Hoje, os pescadores enfrentam a proibição do acesso e da governança sobre suas águas e terras costeiras, o declínio nos estoques de pesca, a poluição marinha causada por dejetos industriais e domésticos, e a degradação da biodiversidade marinha, todos fatores que comprometem a realização do seu Dhana.

A descoberta recente de petróleo e gás no Senegal está atraindo a chegada das indústrias extrativistas. Uma companhia de exploração e produção de petróleo australiana lançou seu primeiro projeto: "A perfuração da companhia está pondo em risco

a área de pesca artesanal designada aos pescadores tradicionais, e eles não conseguem acessar seus <u>locais de pesca</u>", diz Dauda. Josana enfatiza a conexão entre a terra e a água e a importância dos direitos de posse não só da *água* mas também das terras adjacentes: "Nossa terra e florestas estão sendo griladas, fertilizantes e mercúrio contaminam nossa terra. E o capitalismo tem avançado também em nossas águas. Este mal generalizado está agora impactando nossa produção pesqueira. O agronegócio está construindo portos para exportar milho e soja e as companhias de mineração estão tomando nossas praias". Até no Mali, país sem saída para o mar, o Rio Níger, grande corredor fluvial da África, está secando devido ao desvio da água a montante realizado em benefício de investidores estrangeiros apoiados por esquemas de desenvolvimento agrícola. Esta perda de áreas das margens dos corpos d'água também é sentida por Jason: "A maior parte de nossas propriedades costeiras foi comprada por pessoas ricas. A especulação imobiliária está nos expulsando. Então estamos perdendo o acesso aos recursos marinhos e aos lugares para atracarmos nossos barcos".

Medidas de conservação vindas de cima, que falham em enxergar as pessoas como parte da natureza, desrespeitam os direitos de acesso dos pescadores artesanais às águas. Um exemplo pode ser encontrado nas Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), ou seja, áreas de conservação reservadas para recuperar a biodiversidade marinha e o estoque de peixes que têm limitado os direitos de pesca das comunidades em muitas partes do mundo. Seu estabelecimento é apoiado por metas globais, tais como a Meta de Desenvolvimento Sustentável (MDS) número 14, e a iniciativa chamada 30 x 30, que determina que 30% de todas as terras e ecossistemas marinhos sejam colocados sob esquemas de proteção. É muito frequente que as AMPs sejam impostas sem consulta aos pescadores artesanais, que são então criminalizados por pescar em suas águas. A recente manchete sobre as Trocas-de-Dívida-por-Natureza (DPNs) no Belize é um exemplo de como as chamadas "soluções baseadas na natureza", como as AMPs, combinam-se à financeirização da economia azul. As DPNs são um instrumento que permite que partes da dívida externa de um país em desenvolvimento sejam "canceladas" em troca de compromissos de investimento na conservação da biodiversidade e medidas de política ambiental. Em resumo, uma ONG ambiental sediada nos EUA, a Nature Conservancy, em parceria com o Credit Suisse, financiou a compra de USD\$ 533 milhões (R\$ 2,7 bilhões) em dívidas. Em troca, o Belize concordou em gastar USD\$ 4 milhões (R\$ 20,8 milhões) por ano em conservação marinha até 2041, para implementar legalmente o "Plano do Espaço Marinho", designando até 30% de seus mares como Zonas de Proteção da Biodiversidade, e desenvolvendo uma "indústria de aquicultura e maricultura sustentável de alto valor". O Belize enfrentará penalidades financeiras se deixar de cumprir o acordo. Nadine critica a falta de consulta aos três mil pescadores do país que dependem da água para sobreviver e sua exclusão do processo de tomada de decisão. "Quero ressaltar a profunda natureza neocolonial dessa abordagem baseada no mercado. Porque o Belize está sendo pressionado a abrir mão do direito de decidir por si próprio como usar seus recursos naturais e financeiros. Não só a dívida do Belize é resultado da dependência financeira dos países do Norte, como agora está sendo usada para nos obrigar a combater uma crise ecológica que foi causada em grande parte pelos países ricos. A DPN é outra forma de dominação dos interesses financeiros estrangeiros em detrimento de nosso povo."

A invasão das águas por embarcações estrangeiras compromete o Dhana dos pescadores artesanais, como conta Azrilnizam Omar (Associação pela Educação e Bem-Estar dos Pescadores Costeiros da Malásia/Jaring): "Traineiras estrangeiras (pequenas embarcações de pesca), principalmente do Vietnã, estão invadindo as

áreas pesqueiras designadas para as traineiras locais da Malásia, que, por sua vez, entram em nossas áreas de pesca. Isso afeta nossa pesca, fonte de renda e meio de sobrevivência. A ajuda financeira mensal fornecida pelo governo só beneficiou pescadores licenciados registrados, mas não a nós." A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) se tornou uma das principais ameaças marítimas no Senegal. Navios de pesca industrial não autorizados, em especial, vêm pilhando os recursos marinhos do país, valendo-se do fraco sistema de vigilância senegalês. Dauda explica: "Os recursos aquáticos, que antes eram abundantes, diversos e ricos em nutrientes, estão superexplorados. Muitos de nós não têm licença para pescar porque o governo congelou as permissões de pesca desde 2018." De forma semelhante, no Sri Lanka, Thadsajini (Thadsa) Thavachselvam (Movimento Solidário Nacional dos Pescadores/NAFSO) conta que os pescadores são frequentemente confrontados pelas traineiras de pesca ilegal que exploram as águas do Sri Lanka a partir do país vizinho, a Índia. O conflito entre o Sri Lanka e o estado de Tamil Nadu, no sul da Índia, quanto à pesca remonta aos anos 1970. Uma fronteira marítima acordada pelos dois países nos anos 1970 continua sendo amplamente desrespeitada pela pesca industrial indiana. Nos EUA, grandes embarcações de arrasto e traineiras chegam tão perto a ponto de colidir com os barcos de pescadores de pequena escala: "As grandes embarcações nos chamam de frota de mosquitos. Somos apenas mais um incômodo para elas", diz Jason.

Agendas motivadas pelo lucro também ameaçam as vidas dos pescadores artesanais da região do extremo leste da Rússia. O governo fecha os olhos para a situação dos povos indígenas pesqueiros, mas dá atenção aos interesses industriais e seu lobby. Os pescadores de Orochi estão testemunhando a superexploração de várias espécies de salmão pela pesca industrial. Apesar do reconhecimento legal do direito à pesca artesanal dos povos indígenas, há uma quota estabelecida para a quantidade de salmão que pode ser capturada. "Só podemos pescar 100 kg de salmão por ano. Essa quantidade é muito pequena para sustentarmos nosso meio de vida. Nós pescamos porque nossa terra não é apropriada para a agricultura." Esse sistema de quotas (ITQs) costuma ser aplicado por governos para regular a pesca. Para os pescadores artesanais, contudo, trata-se da privatização de seus direitos de pesca. Também nos EUA, Jason está lutando contra o sistema de quotas: "Em 2010, o peixe foi commoditizado e se transformou em ações e títulos. Simplificando: a pesca se tornou um mercado de commodity e qualquer um com dinheiro pode comprar uma quota de pesca."

O rápido declínio nos estoques de peixes está ameaçando a capacidade dos pescadores artesanais de alimentarem a si e a suas famílias. As águas ricas em biodiversidade e essenciais para a mera sobrevivência dos pescadores estão passando pelo aquecimento global, o que vem impactando ainda mais os recursos oceânicos. Em Sendou, no Senegal, Dauda conta que uma usina de energia movida a carvão foi estabelecida numa área de pesca dos pescadores artesanais, afetando a saúde da população local, especialmente das mulheres que trabalham numa fábrica de processamento de peixes nas proximidades. As mudanças climáticas afetam o clima, e os pescadores estão colocando suas vidas em risco para ir pescar em mar aberto, acrescenta Jason. Elena nos lembra da inter-relação entre a natureza, os pescadores e o ambiente ao redor: "Tudo está interligado: o mar, a flora e a fauna. Hoje usamos diferentes ferramentas de pesca, redes e barcos, mas acreditamos no espírito da natureza e nunca pescamos ou exploramos demais nossos territórios." Josana aponta para as implicações sociais ligadas à grilagem dos territórios: "Com a promoção da mineração pelo governo brasileiro, estamos testemunhando a entrada de mais drogas, mais tráfico, estupro e prostituição. As mulheres são as principais vítimas e sofrem as consequências. O governo liberou as armas e usa inteligência artificial para detectar quem está rejeitando suas políticas e ações, e então nos criminaliza."

Outro desafio está no acesso dos pescadores artesanais ao diesel subsidiado. Na Indonésia, isso se deve a <u>obstáculos administrativos e à distância que os pescadores precisam viajar até os postos de abastecimento</u>. No Sri Lanka, <u>que enfrenta sua pior crise econômica desde a independência, em 1948, e uma inflação galopante, o custo do diesel quase dobrou em poucos meses</u>, enquanto números oficiais mostram que o preço médio dos alimentos disparou 25% em janeiro de 2022. Thadsa denuncia a situação: "A crise deixou as comunidades pesqueiras locais sem combustível para colocar seus barcos no mar para pescar. Isso tem uma impacto imenso no nosso Dhana porque não conseguimos comprar comida. Com um salário médio de 500-600 rúpias do Sri Lanka (equivalente a USD\$ 1,54, ou R\$ 8), não conseguimos pagar despesas médicas nem mandar nossos filhos para a escola."

VISÕES PARA O FUTURO

Apesar dos desafios aparentemente insuperáveis mundo afora, os pescadores artesanis não se calam. Eles estão empregando várias estratégias e ações combinadas para desafiar as políticas e tendências contrárias eles. Elena e Jason erguem suas vozes contra o sistema de quotas, engajando-se diretamente com formuladores de políticas públicas da Rússia e dos EUA, enquanto Thadsa conduz programas de conscientização com pescadores artesanais para engajá-los em ações diretas, e para nacionalizar o movimento dos pescadores do Sri Lanka. Nadine também enfatiza a importância da capacitação dos pescadores para que possam demandar seus direitos nos espaços decisórios no Caribe. Siti reivindica o envolvimento direto dos pescadores nos processos políticos e legislativos na Indonésia, e pede que eles façam suas próprias recomendações com base nos dados que possuem. No Brasil, os pescadores já estão engajados na coleta de dados para combater as "mentiras" do governo, que favorece a pesca industrial com base na alegação de que ela captura mais. Azrilnizam continua monitorando fase a fase o plano do governo da Malásia para proibir a operação de grandes traineiras em águas nacionais. Aminata pede a transformação dos sistemas alimentares locais no Mali com maior foco nos pescados produzidos localmente, por exemplo, por meio de fazendas de peixes de pequena escala que podem ser facilmente montadas por mulheres e idosos.

Os pescadores artesanais são agentes de mudança, e eles têm visões claras para o futuro. O governo federal de Rhode Island está cada vez mais comprando peixes locais capturados por pescadores de pequena escala por meio de uma cooperativa, graças a Jason e à militância de seus colegas pescadores. Nadine enfatiza o endosso às diretrizes da ONU para a pesca de pequena escala como uma conquista dos pescadores artesanais, e nos lembra da necessidade de monitorar a implementação dessas diretrizes pelos governos nacionais. Por fim, os pescadores artesanais precisam se organizar para defender o reconhecimento dos direitos de seus povos e os direitos tradicionais a seus territórios para todas as futuras gerações. Dauda conclui: "Este ano, uma coalizão de pescadores artesanais foi estabelecida para nos representar. Essa coalizão concorrerá nas próximas eleições legislativas para defender os direitos dos pescadores artesanais, que é a primeira iniciativa do tipo não só no Senegal, mas em toda a África. Pensem em nós, pescadores, como protagonistas!"

02

A LUTA DAS MULHERES DA PESCA ARTESANAL PELO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DAS MULHERES DE UGANDA E DO MALAWI

Namaganda Rehema Bavuma e Park Muhonda



Namaganda Rehema Bavuma é coordenadora da FIAN Uganda. Rehema tem mais de 14 anos de experiência trabalhando com mulheres de comunidades pesqueiras em projetos de pesquisa, direitos humanos e defesa de direitos, bem como em projetos de desenvolvimento. Atualmente ela cursa doutorado em Antropologia Social na Universidade Makerere, em Uganda.

Park Muhonda é professor de geografia na Universidade do Estado de Oregon, Faculdade de Ciências da Terra, Oceano e Atmosféricas. Ele é doutor em geografia pela Universidade de West Virginia. Recentemente seu trabalho tem se concentrado em compreender os modos de vida rurais, a pesca artesanal, vulnerabilidade, adaptação e a transição energética justa no Malawi. "A menos que as desigualdades da pesca de pequena escala sejam combatidas, o Dhana não será uma realidade para as mulheres da pesca artesanal e suas famílias."

A SITUAÇÃO DAS MULHERES DA PESCA ARTESANAL NA ÁFRICA

Na África, 10 a 19 milhões de pessoas dependem diretamente da pesca para seu sustento e outras 90 milhões se beneficiam dela mais amplamente. Embora dificilmente reconhecidas, em todo o continente, as mulheres desempenham um papel fundamental na cadeia de valor da pesca. Apesar de algumas mulheres hoje possuírem barcos de pesca e estarem diretamente envolvidas na atividade, 96% do trabalho das mulheres na pesca de pequena escala ainda acontece nas atividades pós-captura, como o processamento, a secagem ao sol, a defumação e o comércio de peixes. Além de seu papel na pesca de pequena escala, culturalmente ainda se espera que as mulheres sejam responsáveis por uma ampla variedade de papéis e deveres relacionados a obrigações sociais e econômicas dentro de casa, bem como em suas comunidades. Alguns exemplos dessas expectativas incluem, entre outros, o trabalho reprodutivo e de cuidado, que envolve a atenção às crianças, aos mais velhos e aos doentes, tarefas domésticas e a obtenção de alimentos para cozinhar para a família.

Apesar do extenso engajamento das mulheres na cadeia de valor da pesca e em outros papéis socioculturais de gênero, elas com frequência são marginalizadas. As mulheres da pesca artesanal não recebem a devida atenção e são deixadas de fora dos processos de decisão. As mulheres e suas necessidades são excluídas dos debates de políticas sobre a pesca, o que frequentemente leva à sua marginalização. É importante notar, contudo, que as mulheres da pesca têm conhecimento, experiências e aspirações singulares para sustentar seu meio de vida. Reconhecer e combater essas desigualdades de gênero, bem como aplicar uma abordagem baseada em

REVISÃO PELOS PARES FEITA POR |

Ravadee Prasertcharoensuk

é Diretora da Fundação pelo Desenvolvimento Sustentável, na Tailândia. Ela tem mais de 30 anos de experiência trabalhando com a igualdade de gênero na pesca artesanal na Tailândia e por todo o Sudeste Asiático.

Glory Lueong trabalha para a FIAN Internacional no Programa de acesso aos recursos naturais e seu controle. Ela é camaroniana e tem doutorado em Ciências Sociais.

FOTO | FIAN Uganda

direitos humanos aos principais desafios e injustiças estruturais enfrentadas pelas mulheres que trabalham na pesca artesanal, é indispensável para a realização do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana) das comunidades pesqueiras, especialmente das mulheres.

DESAFIOS PARA AS MULHERES NA PESCA ARTESANAL: UGANDA

Criminalização dos pescadores e seu impacto sobre as mulheres

Em Uganda, uma diretriz presidencial aprovada em 2017 – para permitir que o Exército intervenha e assuma o controle da pesca ao longo da costa do maior lago pesqueiro de Uganda – piorou a situação dos pescadores. A diretriz teve e ainda tem um forte impacto nas comunidades pesqueiras, especialmente para as mulheres. Isso levou a casos de criminalização de pescadores, com implicações sociais. Por exemplo, em uma comunidade pesqueira no distrito de Mukono, o Exército confiscou um barco e equipamentos de pesca de uma pescadora sob o pretexto de que ela não estava cumprindo as regulações de pesca. Ela então teve de pagar uma "fiança" de UGX 1,5 milhão (aproximadamente USD\$ 400, ou R\$ 2.085) para ser solta, mas enquanto isso, equipamentos essenciais do barco foram pilhados. Ela não conseguiu retomar as atividades de pesca – sua principal fonte de sustento –, o que colocou em risco o Dhana dela e de sua família.

Há também muitos casos de prisões e acusações contra pescadores por usarem redes de aço, que são classificadas como "métodos de pesca ilegais" pelo Exército. Contudo, as redes de algodão e os equipamentos de pesca exigidos por lei são caros (aproximadamente USD\$ 3.500, aproximadamente R\$ 18.245), e simplesmente inacessíveis para muitos pescadores. Por outro lado, as redes de aço são mais baratas e estão prontamente disponíveis no mercado apesar de serem ilegais, uma vez que o governo continua permitindo sua importação. Essas prisões de pescadores sobrecarregam ainda mais as mulheres que, além de suas atividades de cuidado, têm que lutar para libertar membros da família presos.

Além disso, com o aumento das prisões e a militarização do lago, muitos pescadores tentam evitar serem presos pelo Exército, e migram de uma comunidade para outra. Lá, eles estabelecem novas famílias e abandonam as mulheres que deixaram nos locais antigos com poucas opções para migrar. Além disso, as mulheres revelam com tristeza que, em alguns casos de vulnerabilidade, às vezes têm de batalhar pelos poucos peixes disponíveis oferecendo sexo aos donos dos barcos e às tripulações, para não serem obrigadas a pagar um preço muito mais alto pelo peixe de que precisam para sustentar seu meio de vida e alimentar seus filhos. Para piorar, as mulheres frequentemente têm de suportar muita violência de gênero, que aumentou principalmente durante a pandemia de Covid-19 em várias partes do país.

Acesso à terra – igualmente importante para os pescadores artesanais

Além dos desafios relacionados à pesca, as mulheres das comunidades pesqueiras geralmente têm acesso limitado à terra. O Departamento de Estatísticas de Uganda (UBOS) indica que apenas 38,7% dos proprietários de terra são mulheres. Além disso, 66,7% da terra de propriedades rurais em geral são terras tradicionais, que embora legítimas, ainda são contestadas por não terem proteção legal do Estado. Embora isso seja comum em todo o país, a situação é pior entre as comunidades pesqueiras porque as mulherse têm pouco acesso à terra, o que é vital para suas atividades pós-pesca, tais como secar os peixes ao sol. As mulheres das comunidades pesqueiras também precisam de terra para plantar alimentos para alimentar seus

filhos, especialmente devido ao acesso reduzido que têm aos peixes. Além desses problemas práticos, as mulheres são ainda mais marginalizadas devido ao <u>pluralismo</u> jurídico por trás do sistema de propriedade da terra, que aplica tanto leis formais quanto informais, apesar de estas com frequência se contradizerem.

Acusações de bruxaria e caça às bruxas

As mulheres das comunidades pesqueiras, como em outros lugares do país, costumam estar envolvidas em relacionamentos informais que não são reconhecidos como casamentos legais pelas leis de Uganda. O movimento constante de homens entre as comunidades em busca de peixes e para fugir do Exército aumenta a probabilidade de relações familiares informais. Isso torna as mulheres ainda mais vulneráveis e as coloca em desvantagem nas questões dos direitos matrimoniais à propriedade. A *Lei de Sucessão* que regula a herança é injusta desde o início, já que define porcentagens diferentes para a herança de acordo com o sexo, segundo o sistema patrilinear ainda dominante em Uganda.

Outro desafio significativo que é quase exclusivo das mulheres da pesca artesanal está relacionado às acusações de bruxaria contra aquelas que prosperam. Essa suposição é levantada para explicar o sucesso de algumas mulheres num contexto em que muitas vivem na miséria e na pobreza. Tais acusações resultaram na maioria das vezes na expulsão dessas mulheres de suas próprias comunidades depois de serem submetidas em muitas ocasiões a violência física e privação dos seus meios de produção, como barcos de pesca. Quando a comunidade tem a impressão de que alguém pratica a bruxaria, acredita-se que a pessoa tenha capacidades sobrenaturais de realizar ações maldosas, incluindo causar dor, doença, infortúnio e morte. A pobreza e a falta de oportunidades para ganhar a vida nas comunidades pesqueiras agravaram as práticas de caça às bruxas que normalmente se voltam contra mulheres bem-sucedidas, especialmente aquelas com pequenos negócios que prosperam.

Um caso desses (durante a pandemia de Covid-19) foi o de Teopista Komakech. Teopista é uma pescadora que viveu na comunidade de Buzindeere durante os últimos 20 anos. Ela foi rejeitada e expulsa de sua aldeia, e a comunidade confiscou todos os seus pertences. Membros da comunidade usaram seu barco e motor como caução para levantar dinheiro e contratar os serviços de um feiticeiro para "limpar" a comunidade das supostas práticas de bruxaria. Teopista narra que inicialmente pediu dinheiro emprestado para conseguir um barco de pesca, o que permitiu que ela educasse seus seis filhos (quatro meninas e dois meninos) graças ao trabalho duro. Enquanto isso, muitas crianças da comunidade estavam deixando a escola. Uma das acusadoras alega que sua filha engravidou devido às magias de Teopista depois que a menina concluiu a escola primária. Outras afirmam que seus filhos ficaram doentes, enquanto os de Teopista permaneciam saudáveis por causa da magia. Como as acusações de bruxaria costumam ser voltadas para as mulheres, ninguém da comunidade acusou o marido de Teopista. Ao contrário, os membros da comunidade sempre sustentaram a inocência dele. O exemplo de Teopista não é um caso isolado: muitas mulheres da pesca em Uganda são submetidas ao mesmo tratamento.

DESAFIOS PARA AS MULHERES NA PESCA ARTESANAL: MALAWI

Como em Uganda, a pesca no Malawi é culturalmente considerada uma atividade para homens, e espera-se que apenas eles estejam envolvidos nela de forma direta. Embora algumas mulheres possam querer participar ativamente da pesca, elas são impedidas por normas culturais e papéis de gênero. Como uma mulher de uma comunidade pesqueira em Ngara (parte norte do Lago Malawi) explicou: "a mulher

pode até ter equipamento de pesca, mas é difícil para ela assumir o controle, há muitos mitos e crenças contra a participação ativa das mulheres na pesca. Mesmo que você tenha equipamento de pesca, você sempre permite que os homens assumam o controle." As mulheres que possuem equipamentos também relatam enfrentar desafios ao coordenar pescadores que, na maioria, são homens.

Mulheres trabalham no processamento dos peixes, mas os homens dominam os mercados urbanos

Com base no exposto acima, as mulheres da pesca artesanal se envolvem principalmente com o processamento de peixes, e vendem sua produção num mercado que é amplamente desregulado. De fato, não há mercado formal e preços estabelecidos para os peixes. Isso prejudica indevida e desproporcionalmente os processadores e peixarias que são, na maior parte, mulheres. Sem informações sobre as rápidas mudanças de preços nos mercados urbanos, os pescadores (que são predominantemente homens) tendem a cobrar preços mais altos pelos peixes. Em Nkhata Bay/ Tukombo em Nkhata Bay e Ngara em Karonga, as mulheres da pesca relatam que as pessoas que chegam para comprar usipa (um peixe local) no lago vêm de lugares tão distantes quanto a Zâmbia. Quando a concorrência está alta, os preços de usipa aumentam e reduzem as margens de lucro para os atores (mulheres) que estão abaixo na cadeia de valor. Uma mulher dona de uma peixaria no Mercado Mzuzu lamentou: "nós não ganhamos nada com nossa usipa porque os preços estão muito altos no lago, uma vez que competimos com compradores da Zâmbia que têm um poder aquisitivo muito maior que o nosso. A moeda deles, o Kwacha Zambiano, é mais forte do que o Kwacha do Malawi".

Outro desafio está relacionado ao problema de infraestrutura inadequada ou ausente nos mercados. Muitas mulheres não têm acesso a estandes nos mercados urbanos. Embora estudos tenham mostrado que a maioria dos comerciantes de peixe são mulheres, a maioria dos vendedores que possuem estandes nos mercados urbanos do país são homens. A maior parte das mulheres é obrigada a vender em lugares inconvenientes como nas ruas, onde não conseguem vender muito. Além dessas questões relacionadas ao acesso aos estandes nos mercados, outro problema é o acesso a espaço de armazenamento. A maioria das vendedoras urbanas de peixes não tem acesso a armazenamento e é obrigada a vender a *usipa* logo ao chegar, mesmo que os preços estejam baixos. As peixarias do Mercado Mzuzu reclamam que, se não vendem a *usipa* em um dia, então são obrigadas a deixá-la do lado de fora, na rua, e o peixe com frequência é roubado.

Além disso, a falta de acesso ao capital é outro gargalo para as mulheres da pesca artesanal. Empréstimos só são acessíveis para aqueles que já estão melhor de vida, ou seja, aqueles que já têm equipamentos de pesca, que podem ser usados como caução. Muitas mulheres que gostariam de participar ativamente da pesca não conseguem por não terem acesso a empréstimos, uma vez que não possuem bens de garantia. As mulheres da pesca artesanal lamentam que embora algumas organizações tenham começado a oferecer empréstimos, isso não contemplou as mulheres. Os empréstimos são dominados pelos poderosos. Quando há dificuldades para pagá-los, ou não há fundos para manutenção ou reparo dos barcos, os mais abastados usam seu dinheiro e acabam controlando o barco.

MULHERES DA PESCA ARTESANAL REIVINDICAM DIREITOS E LEVANTAM SUA VOZ

Os exemplos de Uganda e Malawi mostram que, apesar da grande contribuição das mulheres à pesca, uma ampla variedade de fatores impacta seus meios de vida. Entre esses fatores estão o fardo do trabalho reprodutivo e de cuidado; papéis de gênero prescritos manifestos em dificuldades e estereótipos culturais e sociais; falta de acesso à terra e a garantias; e barreiras estruturais que impedem sua participação ativa na pesca de pequena escala e tenham uma contribuição maior. Apesar da quantidade de desafios, as mulheres da pesca artesanal em toda a África não são apenas vítimas passivas. Elas lutam e continuam exercendo sua agência para influenciar positivamente suas comunidades.

Em Uganda, as mulheres da pesca artesanal assumem a liderança na mobilização de suas comunidades para introduzir discussões sobre as ameaças aos direitos humanos e intimidações que vêm de todos os lados. No distrito de Mukono, as mulheres mobilizaram mais de 40 comunidades pescadoras para treinamentos em direitos humanos em 2021, conduzidos pela FIAN Uganda em parceria com o Katosi Women Develpment Trust (KWDT) e a Rede de Advogados pelo Interesse Público (NE-TPIL). Vários treinamentos continuam empoderando mulheres e outros membros da comunidade com conhecimentos relativos aos direitos humanos e ao papel do Estado como detentor de deveres em melhorar as condições de vida dessas comunidades. Nesse processo, as mulheres se mobilizaram e estão demandando a realização de seus direitos humanos, por exemplo, escrevendo cartas para os Membros do Parlamento (Mps) e líderes em várias esferas. Por meio da organização guarda-chuva KWDT, elas adquiriram barcos e equipamento de pesca de tamanhos aceitáveis para pescar juntas em grupos, e assim enfrentar a dificuldade de comprar barcos e equipamentos de pesca sozinhas. As mulheres ainda se encorajaram a ir encontrar seus Mps para expressar suas visões e posições sobre leis injustas.

No Malawi, as mulheres tampouco são vítimas silenciosas das desigualdades sistemáticas. Na praia Chilumba, em Karonga, mulheres que processam pescados se mobilizaram e se organizaram para formar um grupo que implementou iniciativas regulatórias e políticas locais voltadas a aumentar sua participação. Atenção particular foi dada à participação das mulheres no comércio de *usipa* na praia onde há uma concorrência desleal e crescente entre homens e mulheres pelo acesso ao processamento e à venda do peixe no varejo. Por meio de uma nova inicicativa regulatória e política, apenas moradores locais podem comprar *usipa* diretamente dos pescadores e processadores locais. Com menos concorrência dos comerciantes de fora, os preços podem ficar mais acessíveis para os processadores – em sua maioria mulheres – e podem consequentemente aumentar as margens de lucro. As mulheres da pesca artesanal também estão se mobilizando e organizando associações locais de poupança e empréstimo – uma forma de microfinanciamento para diminuir o problema do acesso ao capital.

A menos que as desigualdades da pesca de pequena escala sejam combatidas, o Dhana não será uma realidade para as mulheres da pesca artesanal e suas famílias. Uma abordagem baseada em direitos humanos é a chave para proteger as mulheres contra costumes e práticas injustos em vários níveis. Há uma grande necessidade de políticas e programas que apóiem as mulheres da pesca artesanal para que elas acessem recursos de modo a superar tanto as barreiras estruturais quanto culturais e possam se engajar efetivamente para contribuir como agentes em seu meio.



"O mundo provavelmente testemunhará maior esgotamento dos estoques pesqueiros e degradação dos recursos marinhos, o que prejudicará a subsistência dos pescadores tradicionais e comunidades costeiras."

INTRODUÇÃO

Depois de muitos anos de negociações, a 12ª Conferência Ministerial (MC12) da Organização Mundial do Comércio (OMC), que aconteceu entre 12 e 17 de junho de 2022, adotou um Acordo de Subsídios à Pesca enfraquecido. Ele foi divulgado como um acordo para salvar os peixes no mundo todo e apoiar uma transição acelerada para a sustentabilidade. Contudo, essas noções pouco se refletiram no projeto de Acordo que foi submetido à consideração dos Ministros na Conferência, bem como no Acordo Provisório adotado. Negociações continuam na OMC para chegar a um acordo final, que deverá cumprir totalmente a Meta de Desenvolvimento Sustentável (MDS) 14.6.

Os governos continuam favorecendo a pesca industrial, que é vista como mais rentável do que a pesca artesanal. No mundo todo, a maior parte dos subsídios (81%) são fornecidos à pesca industrial na forma de incentivos para aumento de capacidade, sendo que os subsídios para a compra de combustível costumam ser os mais altos. Se a situação atual persistir, a pesca industrial continuará contribuindo com a destruição dos estoques de peixes em detrimento da pesca artesanal, ameaçando o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana) de pescadores e pescadoras, além de outros direitos relacionados, como o direito ao trabalho. Isso poderá exacerbar ainda mais a marginalização política e econômica dos pescadores artesanais. São eles que fornecem uma importante fonte de proteína para muitos segmentos marginalizados da população mundial.

REVISÃO POR PARES FEITA POR |

Rachmi Hertani é advogada e tem histórico acadêmico em legislação de comércio internacional. Ela é pesquisadora de acordos de comércio e investimentos no Instituto Transnacional. Ela também integra o conselho da FIAN Indonésia.

Adam Wolfenden é Coordenador de Campanhas pela Justiça Comercial para a Pacífic Network on Globalisation (PANG), uma rede regional do Pacífico que promove a justiça econômica e a autodeterminação nas Ilhas do Pacífico. Adam trabalhou no Pacífico por mais de dez anos, monitorando negociações sobre inúmeros acordos de comércio regionais, adesões à OMC e trabalhando contra a usurpação de recursos.

FOTO | Tom Fisk

Este artigo busca detalhar os conteúdos do Acordo de Subsídios à Pesca da OMC com enfoque específico nos subsídios que foram proibidos, e conclui de que formas o Acordo poderá impactar os pescadores artesanais.

PROJETO DE ACORDO PARA SUBSÍDIOS À PESCA

O projeto de Acordo para Subsídios à Pesca que foi submetido à consideração dos Ministros na MC12 continha três categorias de subsídios proibidos: 1) subsídios que 'contribuam' para a pesca ilegal, não informada e não regulamentada (IUU, na sigla em inglês); 2) subsídios para estoques sob efeito da sobrepesca e 3) subsídios que contribuam para a sobrepesca e a supercapacidade. Discutiremos cada um deles.

1) Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

A pesca INN (ilegal, não declarada e não regulamentada) é uma das principais causas da sobrepesca e pode ser testemunhada no mundo todo. A primeira categoria se refere à proibição de subsídios para uma embarcação ou operador caso se determine que eles estejam engajados na pesca INN. Esse tipo de proibição é de espectro limitado. Primeiro, ela não disciplina os subsídios que 'contribuem' para a pesca INN. Em vez disso, é acionada depois que a pesca INN já aconteceu. Em segundo lugar, a proibição se aplica a uma embarcação ou operador específicos. Em terceiro, a maioria dos países em desenvolvimento não tem os recursos necessários para cumprir as determinações contra a pesca INN, tais como helicópteros para monitorar suas próprias águas, inspeção a bordo e quarentena de embarcações. Em quarto lugar, mesmo que um processo legal doméstico seja capaz de determinar que uma embarcação estava engajada na pesca INN, o país em que isso acontece deve também cumprir com várias exigências processuais diante do Estado de bandeira da embarcação (ou seja, o país no qual ela está registrada e que tem autoridade sobre ela em alto mar). Isso inclui ter de fornecer informações, permitir consultas, considerar os comentários do Estado de bandeira e notificar a OMC. Essas exigências também se aplicam caso se conheça o país que subsidia essa pesca, ou seja, a maior parte das exigências se aplica duas vezes. Em quinto lugar, a proibição de subsídio é temporária. O país que subsidia tem o direito de limitar o período de proibição do subsídio com base em sua avaliação da gravidade do crime, e depois desse período pode continuar subsidiando. De qualquer forma, a proibição do subsídio dura tanto quanto a sanção aplicada. No caso de sanções de curta duração, como multas (que podem ser pagas em pouco tempo), a proibição de subsídio também dura pouco.

Nessa categoria há também uma proibição adicional para "atividades pesqueiras relacionadas ao apoio à pesca INN", que foi inserida a pedido dos Estados Unidos da América (EUA), depois que estes apresentaram sua proposta sobre "trabalho forçado". As atividades relacionadas à pesca incluem o processamento de pescados em terra. Sempre há o risco de que uma fábrica de processamento compre peixes de uma embarcação ou operador engajado na pesca INN, ou que estes não sigam as regulações INN de certo membro da OMC, por exemplo, em relação às exigências de documentação. Por outro lado, é mais difícil obter a confirmação de que uma determinada embarcação esteve engajada na pesca IUU, o que dificulta a proibição dos subsídios. Isso pode, na verdade, tornar o processamento de pescados a bordo em grande escala mais competitivo do que o processamento em terra, e as condições de trabalho nas embarcações são, sem dúvida, mais difíceis do que numa fábrica. Assim, uma consequência imprevista desta regulação pode ser condições de trabalho ainda piores para os processadores de peixes.

2) Sobrepesca de estoques

A segunda categoria diz respeito à proibição de subsídios para a pesca de estoques que sofrem com a sobrepesca. Como não é obrigatório determinar a situação do estoque de peixes, é difícil descobrir quando um estoque está submetido à sobrepesca. De qualquer forma, a definição do que é um "nível biologicamente sustentável" também é muito flexível: baseada em pontos de referência que podem incluir o conceito de "Rendimento Sustentável Máximo" ou métodos alternativos, que são utilizados no caso de setores pesqueiros pobres em dados. Além disso, as Organizações Regionais para o Ordenamento Pesqueiro (OROPs) como a Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (CGPM) ou a Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT), ou outros Arranjos Regionais para o Ordenamento Pesqueiro (AROPs), podem decidir a situação de um estoque de peixes sem qualquer base em dados. Dessa forma, existe um apoio implícito à tomada de decisão política por parte desses órgãos. Isso significa que, por exemplo, se países suficientes que pescam no Mar Mediterrâneo quiserem continuar com os subsídios, eles podem declarar o estoque de peixes sustentável ou insustentável, independentemente da real situação do mesmo. Por fim, no caso do estoque de peixes ser considerado superexplorado, os subsídios podem continuar se forem subsídios considerados "bons" ou fizerem parte de um plano de longo prazo para recuperar o estoque a níveis sustentáveis.

3) Sobrepesca e supercapacidade

A terceira categoria diz respeito a subsídios que contribuem para a sobrepesca e a supercapacidade. Exemplos desses subsídios são aqueles para construir ou reformar embarcações de pesca, comprar máquinas e equipamentos para as embarcações, subsídios para combustíveis e outros que cobrem perdas de embarcações ou atividades relacionadas à pesca. Esta foi a parte mais significativa do projeto de Acordo. Ela também se relaciona diretamente à MDS 14.6.

O esboço do texto para negociação na MC12 continha uma proibição a subsídios que contribuem com a sobrepesca e a supercapacidade, mas esta foi em grande parte eliminada no acordo provisório finalmente adotado nas primeiras horas da sexta-feira, 17 de junho de 2022. Futuras negociações vão se concentrar em acrescentar cláusulas para subsídios que contribuam com a sobrepesca e a supercapacidade.

A desigualdade foi um grande problema. O texto preliminar foi redigido de forma que permitiu aos países mais desenvolvidos – os que mais subsidiam – continuar com os subsídios, enquanto os países em desenvolvimento, com menos capacidade, serão impactados se não tiverem os meios e recursos para justificar seus subsídios. O texto é flexível em relação aos subsídios à pesca artesanal em águas territoriais, ou seja, as primeiras 12 milhas náuticas medidas a partir da linha de base (que normalmente segue a costa, mas nem sempre, especialmente se há ilhas perto da costa). Contudo, a pesca artesanal foi definida como pesca de "baixa renda, pobre em recursos e voltada à subsistência". Em outras palavras, os subsídios seriam protegidos apenas no caso de a pesca se destinar à própria subsistência, e de o pescador ter baixa renda e ser pobre em recursos. Na realidade, a maioria dos pescadores artesanais não serão cobertos por essa flexibilidade, uma vez que às vezes saem para mar aberto e também capturam peixes para a venda, não só para o consumo próprio.

Os países que mais subsidiam poderão continuar a oferecer incentivos de acordo com a chamada "flexibilidade para a sustentabilidade", que permite a continuidade

dos subsídios à pesca "sustentável" caso o país consiga demonstrar que está tomando medidas para manter um "nível biológico sustentável" do estoque de peixes em questão. Essas 'medidas' podem ser aquelas tomadas pelo próprio país, por outra nação, ou pelo A/OROP envolvido.

Para demonstrar isso, bastaria o país fornecer informações à OMC juntamente com uma notificação geral de seus subsídios, o que acontece em intervalos de 2 anos. Na prática, isso garantiria um período mínimo de subsídio por 2 anos.

Os países não precisam garantir que as "medidas" adotadas mantenham um "nível biológico sustentável", mas sim que existam medidas implementadas, e que estas tenham a sustentabilidade como meta. A palavra "manter" parte da premissa de que o estoque de peixes em questão estaria em um nível biologicamente sustentável quando as medidas foram adotadas. Contudo, não exigiria que os membros demonstrassem a sustentabilidade dos estoques quando o subsídio foi implementado no início. Por definição, a situação do estoque se refere à situação histórica do estoque. O texto não esclarece a qual período a determinação da sustentabilidade biológica deve se referir. Tampouco exige que os membros forneçam as informações mais recentes, quando disponíveis. Então os países podem utilizar avaliações de estoque feitas anos antes, e que podem não refletir a situação atual do estoque de peixes.

A sustentabilidade não precisaria ser avaliada levando em conta o "estoque de peixes relevante". A situação do estoque de peixes pode ser avaliada no nível das espécies, mas também de grupos de espécies, ou de todas as espécies. Manter a expressão "relevante" no texto sem definição permite muita flexibilidade. Por exemplo, se os níveis do estoque são biologicamente sustentáveis para 60 espécies, mas considerados superexplorados para 40 espécies, o total para as 100 espécies ainda pode ser considerado biologicamente sustentável. Contudo, na realidade, um membro poderia fornecer subsídios para a pesca de até 40 espécies superexploradas.

A sustentabilidade das espécies que pertencem ao mesmo ecossistema, estão a ele associadas ou dependem dos estoques visados não seria considerada. Entretanto, a abordagem de ecossistema é considerada a melhor prática ambiental e tem sido incluída em várias regulações nacionais, como a Lei de Pesca da Nova Zelândia de 1996, entre outras. Um país que fornece subsídios para a captura e morte de golfinhos para manter os níveis de atum pode ser considerado sustentável.

ACORDO PROVISÓRIO

O Acordo adotado na MC12 elimina a proibição do subsídio relacionado à sobrepesca e à supercapacidade.

Uma das principais exceções é a proibição de subsídios à pesca em alto mar em áreas que não estão sob a competência de uma OROP ou de um AROP, às vezes erroneamente chamadas de "alto mar sem regulamentação", o que foi mantido no acordo adotado.

Infelizmente, pouquíssimas águas parecem estar cobertas por essa proibição, já que praticamente todos os mares estão dentro da competência de pelo menos uma A/OROP, com possíveis exceções como o alto mar do Oceano Ártico e uma pequena faixa entre as águas do Alasca. Pode-se argumentar, contudo, que essas áreas

também são cobertas por AROPs. A "competência" de uma A/OROP não equivale a manejo ou sustentabiliadde. Por exemplo, países como o Reino Unido estão pescando a merluza da Patagônia numa área sob competência da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR), pois as partes não chegaram a um acordo sobre os limites de captura.

O acordo adotado também reduz algumas das exigências de notificação. Ele elimina a proposta apresentada pela Índia que cobriria os subsídios aos combustíveis, que beneficiam a pesca mas também são fornecidos a outros setores (ex.: para todas as embarcações, incluindo navios de contêiner ou outros setores da economia), os chamados subsídios "não específicos" para a compra de combustível.

O QUE ISSO SIGNIFICA PARA OS PESCADORES ARTESANAIS?

No geral, o resultado do acordo mais enxuto é similar às disposições do texto preliminar – o resultado final de ambos os textos é que o grosso dos subsídios à pesca podem continuar. Membros da OMC se comprometeram a dar continuidade às negociações para acrescentar mais cláusulas, inclusive sobre a sobrepesca e a supercapacidade, para ter "diretrizes abrangentes" que respondam à MDS 14.6.

O acordo atual ainda precisa ser ratificado. Uma vez que entrar em vigor por meio da ratificação de 2/3 dos integrantes da OMC, ou seja, 109 membros (a UE conta como 28), o acordo irá, contudo, deixar de existir se, quatro anos depois de entrar em vigor, não se alcançar um acordo sobre diretrizes mais abrangentes. Isso pode inicialmente ser um obstáculo à ratificação, já que os parlamentares serão convidados a ratificar um acordo parcial sobre o qual as negociações ainda estão em andamento. Como resultado, poderemos ter um acordo que ficará "pairando no ar". Só o tempo dirá.

O fato de que os membros da OMC conseguiram chegar a um acordo sobre subsídios à pesca é elogiável. Contudo, dificilmente pode-se afirmar que este acordo vai salvar os peixes no mundo, nem que apoiará e acelerará a transição para a sustentabilidade. A continuidade dos subsídios trará lucros para a pesca de grande escala, deixando de lado os pescadores artesanais. O mundo provavelmente testemunhará maior esgotamento dos estoques pesqueiros e degradação dos recursos marinhos, o que prejudicará a subsistência dos pescadores tradicionais e comunidades costeiras.

A CORRIDA DOS 30X30 PELA CONSERVAÇÃO: UM DILEMA PARA OS PESCADORES ARTESANAIS?

Felix Mallin e Hugh Govan

Felix Mallin é geógrafo político que pesquisa e escreve sobre questões de desenvolvimento desigual, recursos geopolíticos e justiça social na economia dos oceanos. Ele é afiliado ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Copenhague.

Hugh Govan trabalhou com a governança de recursos naturais e desenvolvimento desde a escala comunitária à global. Ele é coautor de políticas nacionais e regionais sobre o manejo da pesca costeira e governança dos mares em Pacific Island. Também apoia áreas marinhas manejadas localmente por comunidades em todo o mundo. Ele é Senior Fellow Adjunto na Escola de Direito e Ciências Sociais da Universidade South Pacific.

"... o que é de fato necessário é o fortalecimento de abordagens baseadas em direitos que combatam as ameaças num contexto sensível às questões geográficas, econômicas e culturais. Mas o 30x30 é uma solução política muito mais fácil: ele soa bem, cabe num meme, faz todo mundo pensar que muita coisa está sendo feita, de forma que os negócios possam continuar como sempre"

Separar 30% da superfície do planeta para a conservação até 2030, estratégia também conhecida como "30x30", tornou-se talvez a frase de efeito que mais ressoa nos círculos conservacionistas globais. Até julho de 2022, mais de 100 países tinham entrado para a Coalizão de Alta Ambição pela Natureza e as Pessoas (HAC, na sigla em inglês), um grupo de Estados reunidos em torno da meta de 30x30, que inclui todos os países do G10. A campanha está sendo conduzida por fundações de conservação ambiental e cientistas afiliados, bem como por corporações e instituições financeiras que defendem um *new deal* global em prol da natureza.¹ Em resumo, a ambição declarada da coalizão é conectar o Acordo de Paris à *Convenção sobre Diversidade Biológica* (CDB), numa tentativa de combinar a proteção à biodiversidade marinha e terrestre com a ação contra as mudanças climáticas. Existe grande expectativa de que o 30x30 seja endossado formalmente quando as partes da CDB se reunirem para adotar uma <u>estratégia global para a biodiversidade</u> (GBF, na sigla em inglês) pós-2020 em Montreal em dezembro de 2022.

Ainda é muito incerto se esta será uma meta realista ou não. Sua aparente simplicidade esconde a falta de um acordo sobre o grau de proteção (ou exclusão) que se demanda, e se ela deve ser aplicada por todos os países igualmente. Quase todas as metas estabelecidas por governos para o meio ambiente no passado fracassaram. Na verdade, as metas de Aichi, acordadas pelo CDB em 2010, estabeleceram o objetivo de criar uma cobertura de 10% de áreas marinhas protegidas (AMP) até 2020. Globalmente, esta meta quase foi atingida (8%), mas a diversidade de resultados entre os países e contextos dificilmente apoia a extensão da mesma estratégia.

REVISÃO POR PARES FEITA POR |

André Standing é pesquisador associado da Coalizão para Arranjos Justos na Pesca. O foco de seu trabalho é a pesca artesanal, segurança alimentar e investimentos financeiros na economia azul.

Sabine Pabst trabalha com a FIAN Internacional há mais de 20 anos e atualmente coordena o programa sobre clima e destruição ecológica da FIAN Internacional.

F0T0 | Hugh Govan

O autor principal do estudo financiado pela Fundação Rockefeller em 2020, que propõe a meta de 30x30, foi cientista chefe do World Wildlife Fund e atualmente é diretor da Resolve, uma consultoria sem fins lucrativos com sede em Washington que leva "conhecimento em política, estratégia e comunicações, e redes, capital semente e finanças de impacto para seus parceiros de projetos", que incluem mineradoras transnacionais, \como a Rio Tinto.

Questões efetivas de implementação ou de localização apropriada das AMPs parecem ter sido negligenciadas. O que faz com que a nova meta muito provavelmente fracasse é o fato de que grandes países costeiros não aderiram à HAC, entre eles Brasil, China, Rússia e Indonésia. Contudo, além da questão da viabilidade, existem também questões urgentes quanto à conveniência da campanha 30x30. Isso é particularmente importante da perspectiva do grande número de pescadores artesanais cujos modos de vida podem ser ameaçados pelo rápido crescimento das AMPs.

A conversa que se segue entre Felix Mallin e Hugh Govan detalha algumas das implicações de uma meta global de 30% para os oceanos e o que pode estar em risco para os pescadores artesanais e outras comunidades costeiras em termos de acesso aos recursos marinhos e controle sobre os mesmos.

Felix Mallin [FM]: Hugh, muito obrigado por dedicar seu tempo a compartilhar suas opiniões sobre o 30x30. Você pode dizer algumas palavras gerais sobre como vê o mérito de proteger a biodiversidade e mitigar os efeitos das mudanças climáticas por meio de Áreas Protegidas e ferramentas de manejo baseadas em áreas? E até que ponto é inteligente aumentar repentinamente essas ferramentas para 30% do espaço planetário num período de alguns anos?

Hugh Govan [HG]: As Áreas Protegidas podem ser instrumentos eficazes para o manejo sustentável da biodiversidade, dos estoques de pesca, ou mesmo de valores culturais. A espécie humana tem milênios de experiência trabalhando com elas. Nas circunstâncias certas, elas são, sem dúvida, uma ótima ferramenta. Dito isto, a biodiversidade está integrada à atividade humana e à provisão de alimentos em todos os níveis. Às vezes para o bem, às vezes para o mal, mas ela está sempre entrelacada em complexas relações socioecológicas. Em outras palavras, você não pode ter certeza de que, puxando um fio, não afetará a coisa toda. Com 30%, estamos falando sobre uma ampla variedade de habitats: de desertos, florestas e montanhas a mangues, recifes e mares abertos. É impossível afirmar que exista uma ferramenta que deve abranger a mesma proporção de todos esses habitats no mundo inteiro. Os diversos países que agora serão cobertos com os 30% têm sistemas distintos de governança, diferentes dependências nutricionais de seus próprios recursos, e seus respectivos ecossistemas estão em situações muito diferentes. Então, era de se esperar que a confecção de abordagens para o manejo da biodiversidade levasse em consideração cada caso, quer em terra habitável ou no mar aberto.

FM: Falando dos ambientes marinhos, quando pensamos no espaço oceânico, há enormes diferenças geográficas e socioeconômicas entre as nações costeiras e insulares. 30% significa uma coisa para países como a França, Reino Unido ou os Estados Unidos, uma vez que esses países controlam milhões de milhas quadradas de Zonas Econômicas Exclusivas que são remanescentes de seus domínios coloniais. Compare isso a outros apoiadores do HAC, como a Índia, o Camboja ou o Senegal, onde o acesso livre a lagos e oceanos é vital para milhões de pescadores artesanais. Será que os países do Sul não estão assinando algo que trará obrigações e consequências impensadas?

HG: É importante notar que a meta, se adotada na reunião do CDB em dezembro, não será uma decisão baseada em considerações científicas cuidadosas. Como os defensores do 30x30 admitem abertamente, trata-se de uma <u>barganha política</u>. O Norte está propondo uma ideia e o Sul negociará para conseguir o melhor acordo

possível. Teoricamente, o Sul deveria estar numa posição mais forte porque a maior parte da biodiversidade remanescente, incluindo os estoques globais de peixes, pertence a eles. Ainda assim, preocupa o grande risco de que a decisão final possa ser influenciada por uma divulgação positiva e atraia novos dólares de grandes doadores para a conservação. As recentes e controversas trocas de dívida-por-oceano, por exemplo, ilustram como os governos podem se comprometer com promessas ambientais dúbias quando estas estão atreladas a soluções de curto prazo para uma crise de dívida nacional. Sei de vários países que endossaram formalmente o 30x30, nos quais integrantes dos governos estão extremamente desconfortáveis com a ideia. Para os líderes políticos, é uma oportunidade de financiamento e prestígio que não querem dispensar. No entanto, para aqueles que precisam traduzir e implementar isso nacional e localmente, é um desastre em potencial com efeitos colaterais que vão desde a implementação de estratégias de manejo ambiental existentes até mais tensões em orçamentos já apertados. Estudos de especialistas em países africanos e outras nações em desenvolvimento são muito claros ao enfatizar que há questões de manejo ambiental que precisam ser tratadas antes que o 30x30 possa se tornar uma contribuição útil para a proteção da biodiversidade. No nível mais básico, isso diz respeito a órgãos governamentais com financiamento e pessoal adequados responsáveis pela pesca ou conservação ambiental. Sem essa estrutura básica de governo, a meta de 30% provavelmente resultará numa inflação de novos "parques de papel"; ou seja, áreas que são designadas legalmente, mas que não têm manejo efetivo. Por fim, acredito que esse foco no 30x30 pode significar que os órgãos governamentais terão de fazer cumprir uma meta relativamente sem sentido, quando não são capazes nem mesmo de executar prioridades cruciais relativas à poluição oceânica gerada pelas indústrias ou às Avaliações de Impacto Ambiental e aos planos de manejo. Além disso, também é provável que isso enfraqueça os modelos locais de conservação e resulte em mais restrições de direito de acesso a pescadores artesanais, que serão involuntariamente compelidos a revogar sua soberania alimentar em favor de um documento internacional, sem receber compensação adequada ou providências alternativas. Se continuar a tendência que vimos nas últimas três décadas, isso poderá na realidade alimentar o ciclo vicioso de contrabando, pirataria e criminalização de pescadores.

FM: Agora, para alguns líderes, nem mesmo o 30x30 é suficiente. Numa atitude clara para agradar grandes doadores filantrópicos e celebridades do oceano presentes na sala, o extrovertido presidente da Colômbia Iván Duque elogiou seu país por assumir uma abordagem de "30 antes de 30" na recente Conferência dos Oceanos em Lisboa, o que ele louvou como um imperativo moral: "isso não é político, não é ideológico, é em prol da humanidade". Enquanto estava em Lisboa, na verdade ele se esquivava da cerimônia de divulgação do muito aguardado relatório da comissão da verdade de seu país. Fica claro que líderes impopulares em seus próprios países gostam de defender o meio ambiente no palco internacional, especialmente quando isso pode ajudá-los a garantir um confortável posto na ONU depois de seus mandatos. Isso nos traz à atual campanha de lobby pelo 30x30 e à questão da legitimidade. Tanto as justificativas ecológicas quanto econômicas do acordo estão sendo formuladas por um certo milieu científico situado nas partes afluentes do mundo. Por outro lado, as potenciais repercussões sociais e econômicas da meta não foram submetidas aos devidos debates parlamentares ou processos consultivos na maioria dos Estados. Os defensores do 30x30 estão cientes dos potenciais riscos da campanha, que é caracterizada por uma abordagem apressada e feita de cima para baixo?

HG: Há conservacionistas genuínos que ainda acreditam que o modelo de fortalezas de conservação (exclua os humanos e tudo ficará bem) é do que o planeta precisa. Além disso, a experiência dos últimos 40 anos mostrou a eles que fazer lobby diretamente com governos é muito mais eficaz do que passar pelos processos democráticos. Um cínico poderá dizer que eles tiraram essa estratégia do mesmo livro dos capitalistas que causaram a destruição no planeta em nome do lucro. Essa arrogância política é especialmente acentuada no florescente setor financeiro da conservação. Portanto, um problema comum que os pescadores artesanais enfrentam é que, quando novas regulações ambientais ou AMPs vedadas à pesca são introduzidas, elas geralmente são impostas; o que afeta de maneira desproporcional aqueles que já vivem em circunstâncias precárias e que muitas vezes têm meios limitados de participação política. Enquanto isso, os usuários verdadeiramente problemáticos tais como a pesca industrial, o petróleo ou o gás, são poupados. Isso não surpreende, uma vez que eles têm muito mais ligações tanto com governos quanto com doadores da conservação. Falando em legitimidade, o que é de fato necessário é o fortalecimento de abordagens baseadas em direitos que combatam as ameaças num contexto sensível às questões geográficas, econômicas e culturais. Mas o 30x30 é uma solução política muito mais fácil: ele soa bem, cabe num meme, faz todo mundo pensar que muita coisa está sendo feita, de forma que os negócios possam continuar como sempre.

FM: Ainda assim, há facções de cientistas da conservação que sustentam que as AMPs vedadas à pesca foram <u>muito eficazes na conservação da biodiversidade</u>, e na verdade muito mais do que o manejo da pesca. Eles alegam que este é o caminho mais promissor para restaurar os ecossistemas e que as AMPs têm efeitos que repercutem na pesca e na biodiversidade de áreas adjacentes. Há um consenso científico sobre esta visão?

HG: Bem, há muitos estudos sobre sistemas de recifes de corais e outras áreas costeiras que mostram uma ampla variedade de resultados. Se implementadas efetivamente, então a biodiversidade provavelmente será protegida dos impactos do extrativismo e, em alguns casos, isso pode permitir a recuperação e reprodução dos estoques de peixes, contribuindo para a pesca costeira. Mas este consenso científico não se dá de forma alguma sem muitas ressalvas sobre a localização das AMPs, se elas combatem outras ameaças, e especialmente se são implementadas de fato. Todas essas preocupações se agravam com o tamanho da área protegida. Temos dados e estudos para mostrar que manejar estoques migratórios de espécies como o bonito por meio das chamadas AMPs de grande escala não é uma opção econômica. Além disso, a maior parte dos impactos negativos sobre a biodiversidade não acontece necessariamente dentro das áreas designadas para proteção e provavelmente são muito mais complexos de se tratar. Além disso, elas só funcionam se apoiadas por investimentos consideráveis em coisas que não são muito atraentes para os doadores filantrópicos e agências de auxílio, tais como apoiar o funcionamento cotidiano dos governos com orçamentos, políticas públicas e trabalho anticorrupção. Então, para os governos do Sul preocupados com a biodiversidade, que desejam manter sua independência dos doadores mas ao mesmo tempo precisam gerar renda com a pesca, seria uma má ideia fechar os 30% em vez de optar por abordagens de manejo mais econômicas. Por exemplo, sem assistência externa, os nove Estados signatários do Acordo de Nauru, no Pacífico, situados na principal área de circulação do atum bonito, implementaram seu próprio sistema de manejo, que, segundo todos os relatos, tornou-se o mais sustentável de pesca de atum no mundo. Em Tuvalu, o enorme crescimento na arrecadação de impostos permitiu que o governo aumentasse os gastos com a governança local em comunidades insulares mais distantes.

FM: Isso parece muito promissor. Na verdade, mais recentemente, pelo menos nos trabalhos acadêmicos e na retórica política, podemos testemunhar uma amplificação das ideias de conservação marinha focadas em justiça social e com base nas comunidades. Qual você acha que é a perspectiva atual para os pescadores artesanais e como eles podem se posicionar melhor nesse debate?

HG: Os benefícios mútuos entre o respeito aos direitos de acesso dos pescadores artesanais e a saúde global dos oceanos estão bem estabelecidos. Isso foi reiterado na declaração recente que fizeram após a frustrante Conferência dos Oceanos da ONU, em que outros atores tentaram repetidamente instrumentalizar as vozes dos pescadores artesanais e comunidades indígenas para seus próprios fins. Normalmente, os pescadores artesanais são muito pragmáticos sobre como o uso sustentável pode contribuir para a conservação da natureza, bem como para sustentar seus modos de vida e conservar os estoques de peixes para a população. Essa abordagem utilitária não é necessariamente bem aceita por alguns conservacionistas, e embora ela possa refletir um uso mais sábio e sustentável, e a tutela dos recursos costeiros, digamos, por parte de povos indígenas, ela também pode refletir o interesse próprio das comunidades ou pescadores em manter os recursos costeiros que proveem seu sustento. Mas ter de acomodar, por imposição externa, uma proporção interditada ao uso em suas áreas de pesca, ou qualquer outro tipo de rigidez no que, de outra forma, poderia ser um manejo adaptável, será um fardo ainda maior para situações já complicadas. Confederações de pescadores do Pacífico, por exemplo, há muito pedem modelos de 100% de manejo. Tais modelos atendem a todas as exigências. Infelizmente, eles ainda parecem complicados demais e politicamente pouco atrativos para ganhar o apoio de líderes, em comparação a simplesmente dizer: vamos fechar 30% do oceano, especialmente se podemos contar partes dos oceanos que ninguém vê. Em suma, pode ser politicamente benéfico para a defesa dos pescadores artesanais estabelecer alianças mais fortes com as lutas pela biodiversidade terrestre. Acredito que as pessoas se interessariam muito mais pelo debate se percebessem que os 30% se aplicam também à terra. Quando os proprietários de terras começarem a se perguntar: qual terço da minha terra será proibido para uso particular, então evitar a consulta e a discussão será cada vez mais difícil.

Leia o Observatório, reflita connosco e participe!

Visite o *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*: www.righttofoodandnutrition.org/observatorio

Participe da discussão no <u>Facebook</u>, <u>Instagram</u> e <u>Twitter</u> pelo #RtFNWatch

